ReGeo ISSN: 2177-3246

A ONDA ROSA NA AMÉRICA LATINA: SISTEMA-MUNDO, TERRITÓRIO E AUTONOMIA

THE PINK TIDE IN LATIN AMERICA: WORLD-SYSTEM, TERRITORY, AND AUTONOMY

LA MAREA ROSA EN AMÉRICA LATINA: SISTEMA-MUNDO, TERRITORIO Y AUTONOMÍA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-211

Data de submissão: 24/07/2026 **Data de publicação:** 24/08/2026

Ayana Violeta Torres Brasil
Graduanda em Relações Internacionais
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: ayanavioletabrasil@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-4604-385X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3829634469782184

Alex Cruz Brasil
Doutorando em Educação
Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB)
E-mail: alexcruzbrasil@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-6444-9708
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3965913436318177

Rafael Barcelos Santos
Mestre em Ciências da Informação
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: rafaelsantos@unb.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6914-2507
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3287172319360606

Lucas Alves Furtado
Mestre em Educação
Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB)
E-mail: lucasfurtadoaf@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-4752-5721
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9497899935033888

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar a Onda Rosa na América Latina à luz da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, articulada às contribuições de Milton Santos, a fim de investigar como a inserção periférica da região condicionou a emergência e os limites desse ciclo político. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-interpretativo, fundamentada nas categorias de economia-mundo capitalista, divisão internacional do trabalho e relações entre centro, semiperiferia e periferia, complementadas pela perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi e pelas formulações de Milton Santos acerca da dimensão territorial da globalização. A análise evidencia que a Onda Rosa ampliou, em diferentes graus, as

margens de atuação estatal, as políticas sociais e redistributivas e as iniciativas de integração e autonomia regional. Entretanto, essas transformações coexistiram com a permanência de estruturas produtivas e territoriais vinculadas aos mercados externos, especialmente em um contexto de valorização das commodities e continuidade da especialização primário-exportadora. Conclui-se que a Onda Rosa não representou uma ruptura estrutural com a posição periférica da América Latina na economia-mundo capitalista, embora tenha ampliado as possibilidades de ação política dos Estados da região. A articulação entre Wallerstein e Santos permite, assim, compreender esse ciclo a partir da tensão entre condicionamentos sistêmicos, organização territorial e busca por autonomia.

Palavras-chave: Onda Rosa. Sistema-Mundo. América Latina.

ABSTRACT
This article aims to analyze the Pink Tide in Latin America in light of Immanuel Wallerstein's World-Systems Theory, articulated with the contributions of Milton Santos, in order to investigate how the region's peripheral position conditioned the emergence and limits of this political cycle. The study adopts a qualitative, bibliographic, and exploratory-interpretive approach, grounded in the categories of the capitalist world-economy, the international division of labor, and the relations among core, semiperiphery, and periphery, complemented by Giovanni Arrighi's perspective on systemic cycles of accumulation and Milton Santos's formulations on the territorial dimension of globalization. The analysis shows that the Pink Tide expanded, to varying degrees, the scope for state action, social and redistributive policies, and initiatives aimed at regional integration and autonomy. However, these transformations coexisted with the persistence of productive and territorial structures linked to external markets, particularly in a context of rising commodity prices and continued primary-export specialization. It is concluded that the Pink Tide did not represent a structural break with Latin America's peripheral position in the capitalist world-economy, although it expanded the possibilities for political action by the states of the region. The articulation between Wallerstein and Santos therefore makes it possible to understand this cycle through the tension between systemic constraints, territorial organization, and the pursuit of autonomy.

Keywords: Pink Tide. World-System. Latin America.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar la Marea Rosa en América Latina a la luz de la Teoría del Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, articulada con las contribuciones de Milton Santos, con el fin de investigar cómo la inserción periférica de la región condicionó la emergencia y los límites de este ciclo político. Se adopta un enfoque cualitativo, de naturaleza bibliográfica y carácter exploratorio-interpretativo, fundamentado en las categorías de economía-mundo capitalista, división internacional del trabajo y relaciones entre centro, semiperiferia y periferia, complementadas por la perspectiva de los ciclos sistémicos de acumulación de Giovanni Arrighi y por las formulaciones de Milton Santos acerca de la dimensión territorial de la globalización. El análisis evidencia que la Marea Rosa amplió, en distintos grados, los márgenes de actuación estatal, las políticas sociales y redistributivas y las iniciativas de integración y autonomía regional. Sin embargo, estas transformaciones coexistieron con la permanencia de estructuras productivas y territoriales vinculadas a los mercados externos, especialmente en un contexto de valorización de las commodities y continuidad de la especialización primario-exportadora. Se concluye que la Marea Rosa no representó una ruptura estructural con la posición periférica de América Latina en la economía-mundo capitalista, aunque amplió las posibilidades de acción política de los Estados de la región. La articulación entre Wallerstein y Santos permite, así, comprender este ciclo a partir de la tensión entre condicionamientos sistémicos, organización territorial y búsqueda de autonomía.

Palabras clave: Marea Rosa. Sistema-Mundo. América Latina.

1 INTRODUÇÃO

A ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em diferentes países da América Latina, entre o final da década de 1990 e o início da década de 2010, configurou um ciclo político que ficou conhecido como Onda Rosa. Esse processo representou uma inflexão no cenário político regional, após um período marcado pela predominância de reformas de orientação neoliberal. A eleição de lideranças como Hugo Chávez, na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina, Evo Morales, na Bolívia, e Tabaré Vázquez, no Uruguai, expressou parte dessa mudança. Embora esses governos apresentassem diferenças ideológicas, institucionais e programáticas, convergiam, em diferentes graus, quanto à ampliação da participação do Estado na economia, ao fortalecimento das políticas sociais e à busca por maior autonomia diante dos centros de poder internacional (Levitsky; Roberts, 2011).

A emergência desse ciclo político, entretanto, não pode ser compreendida exclusivamente a partir das mudanças eleitorais ou da atuação de determinadas lideranças. Sua constituição também esteve relacionada às transformações econômicas e sociais experimentadas pela América Latina nas décadas anteriores, particularmente no contexto das reformas associadas ao Consenso de Washington. A liberalização comercial e financeira, as privatizações e a reorientação da atuação estatal integraram um conjunto de medidas destinadas à reorganização das economias latino-americanas (Williamson, 1990). Embora essas reformas tenham contribuído, em determinados contextos nacionais, para processos de estabilização macroeconômica, sua implementação ocorreu em sociedades historicamente marcadas por desigualdades socioeconômicas, vulnerabilidade externa e dependência dos mercados internacionais.

Nesse cenário, o desgaste político e social das reformas neoliberais, associado à persistência da pobreza, do desemprego e das desigualdades, favoreceu a mobilização de movimentos sociais e a emergência de forças políticas que passaram a reivindicar alternativas de desenvolvimento e maior capacidade de intervenção estatal. A Onda Rosa insere-se, portanto, em um contexto no qual as disputas políticas domésticas se articulavam às condições de inserção da América Latina na economia mundial. Essa relação torna necessário examinar o fenômeno para além da alternância entre governos de distintas orientações ideológicas, considerando também os condicionantes estruturais que delimitam as possibilidades de atuação dos Estados latino-americanos.

A partir dessa problemática, formula-se a seguinte questão de pesquisa: **em que medida a Teoria do Sistema-Mundo, articulada às contribuições de Milton Santos, permite compreender a emergência e os limites da Onda Rosa diante da posição periférica da América Latina na economia mundial?** A investigação dessa questão justifica-se pela necessidade de compreender esse

ciclo político não somente a partir de fatores eleitorais e político-institucionais, mas também em sua relação com as estruturas econômicas internacionais e com as formas pelas quais a dependência se materializa nos territórios latino-americanos. Nesse sentido, a aproximação entre as perspectivas de Immanuel Wallerstein e Milton Santos possibilita relacionar a dimensão sistêmica da inserção periférica às configurações territoriais produzidas pelas dinâmicas da economia global.

Parte-se da hipótese de que a Onda Rosa constituiu uma tentativa de ampliação da autonomia política, econômica e social dos Estados latino-americanos diante das limitações associadas ao modelo neoliberal, sem, contudo, modificar substancialmente a posição periférica da região na economia-mundo capitalista. Embora os governos vinculados a esse ciclo tenham adotado, em diferentes graus, políticas de redistribuição de renda, fortalecimento da atuação estatal e integração regional, permaneceram condicionantes relacionados à especialização produtiva, à dependência externa e à divisão internacional do trabalho. Desse modo, a análise da Onda Rosa envolve uma tensão fundamental entre a ampliação das margens de atuação dos Estados e a permanência de estruturas que restringem transformações mais profundas em sua inserção internacional.

Para examinar essa relação, adota-se como principal referencial a Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974, 2004), articulada às contribuições de Santos (2000, 2006, 2008) acerca dos espaços derivados e das dinâmicas da globalização. Enquanto a perspectiva de Wallerstein (1974, 2004) permite analisar a posição ocupada pelos Estados latino-americanos na divisão internacional do trabalho e as relações assimétricas entre centro, semiperiferia e periferia, as formulações de Santos (2000, 2006, 2008) contribuem para compreender como essas relações se materializam e reorganizam os territórios nacionais. A articulação entre essas perspectivas fornece, assim, uma base analítica para examinar simultaneamente os condicionantes sistêmicos e territoriais relacionados à experiência latino-americana.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar a Onda Rosa na América Latina à luz da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, articulada às contribuições de Milton Santos, a fim de investigar como a inserção periférica da região condicionou a emergência e os limites desse ciclo político.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está estruturado a partir da articulação entre perspectivas que permitem compreender, em diferentes escalas, a inserção da América Latina na economia mundial e os condicionantes associados à Onda Rosa. Inicialmente, são apresentadas as contribuições da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, complementadas pela abordagem de Giovanni Arrighi

sobre os ciclos sistêmicos de acumulação e pelas formulações de Milton Santos acerca da dimensão territorial da globalização. Em seguida, essas categorias são mobilizadas na análise do caso latino-americano, com atenção às relações entre dependência externa, especialização produtiva, organização territorial e estratégias de ampliação da autonomia estatal e regional.

2.1 TEORIA DO SISTEMA-MUNDO E A DIMENSÃO TERRITORIAL DA GLOBALIZAÇÃO

A Teoria do Sistema-Mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein, propõe uma interpretação do capitalismo como um sistema histórico constituído em escala mundial, cuja formação remonta ao século XVI. Nessa perspectiva, a compreensão das dinâmicas econômicas, políticas e sociais não deve se restringir aos Estados considerados isoladamente, uma vez que estes se encontram inseridos em uma estrutura mais ampla de relações interdependentes. O principal objeto de análise passa a ser, portanto, a economia-mundo capitalista, organizada por uma divisão internacional do trabalho que atribui funções distintas às diferentes regiões e condiciona as formas de produção, circulação e apropriação dos excedentes econômicos (Wallerstein, 1974).

Essa estrutura caracteriza-se pela existência de relações assimétricas entre centro, semiperiferia e periferia, categorias que expressam posições diferenciadas na economia-mundo e não apenas distinções decorrentes do nível de desenvolvimento dos Estados. Nas áreas centrais, concentram-se atividades produtivas de maior complexidade, intensidade tecnológica e capacidade de apropriação dos excedentes gerados no sistema. Em contrapartida, as áreas periféricas ocupam posições subordinadas na divisão internacional do trabalho, associadas a atividades produtivas menos complexas e a relações econômicas que favorecem a transferência desigual de excedentes. A semiperiferia, por sua vez, ocupa uma posição intermediária e desempenha funções que combinam características das zonas centrais e periféricas, contribuindo para a estabilidade e a reprodução da própria estrutura sistêmica (Wallerstein, 2004).

A distinção entre essas posições permite compreender que as desigualdades existentes na economia mundial não constituem fenômenos isolados, mas integram o funcionamento histórico do capitalismo. Desse modo, desenvolvimento e subordinação são produzidos no interior de uma mesma estrutura de relações econômicas e políticas. As possibilidades de transformação de cada Estado encontram-se, assim, relacionadas não somente às decisões tomadas no âmbito doméstico, mas também à posição que ocupa na divisão internacional do trabalho e às relações estabelecidas com os demais componentes da economia-mundo (Wallerstein, 1974, 2004).

Outro elemento fundamental dessa abordagem é a acumulação incessante de capital, entendida como uma dinâmica constitutiva da economia-mundo capitalista. A reprodução do sistema pressupõe

a busca contínua pela ampliação das possibilidades de acumulação, acompanhada pela incorporação e reorganização de mercados, recursos, atividades produtivas e força de trabalho. Esse movimento não ocorre de maneira linear, mas é marcado por períodos de expansão, retração e reorganização das relações econômicas e políticas. Consequentemente, alterações na divisão internacional do trabalho e na distribuição do poder entre os Estados podem modificar determinadas configurações do sistema sem, necessariamente, eliminar as assimetrias que estruturam seu funcionamento (Wallerstein, 2004).

Essa interpretação pode ser complementada pelas contribuições de Arrighi (1996), que analisa o desenvolvimento histórico do capitalismo a partir de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação, associados a mudanças nas formas de expansão do capital e nas configurações de poder da economia mundial. Em sua perspectiva, períodos de expansão material e financeira integram processos históricos mais amplos de reorganização da acumulação e das estruturas de poder em escala sistêmica. Essa abordagem contribui para compreender que as transformações na economia mundial não correspondem apenas a oscilações conjunturais, mas podem integrar processos de longa duração nos quais se articulam acumulação de capital, poder interestatal e mudanças na organização do sistema.

Sob essa perspectiva, os processos políticos desenvolvidos no interior dos Estados não são concebidos como fenômenos desvinculados das estruturas internacionais. Isso não significa atribuir à economia-mundo uma capacidade absoluta de determinar as trajetórias nacionais, mas reconhecer que as escolhas políticas e as estratégias de desenvolvimento são formuladas dentro de condições históricas e estruturais específicas. Para os Estados situados em posições periféricas ou semiperiféricas, tais condicionantes assumem particular relevância, pois as possibilidades de ampliar sua autonomia coexistem com relações econômicas, produtivas e políticas que tendem a reproduzir assimetrias no interior do sistema.

A dimensão espacial dessas relações pode ser aprofundada mediante a aproximação com as contribuições de Milton Santos. Embora sua produção teórica tenha origem na Geografia, sua compreensão do espaço como construção histórica e social oferece elementos para analisar a materialização territorial das relações econômicas estabelecidas em escala mundial. Nessa perspectiva, o espaço geográfico não constitui um suporte neutro das atividades econômicas, mas é continuamente produzido e reorganizado pelas relações sociais, políticas, econômicas e técnicas que caracterizam diferentes períodos históricos. Essa compreensão incorpora a centralidade da técnica e do meio técnico-científico-informacional na organização do espaço contemporâneo, permitindo observar como a distribuição desigual de sistemas técnicos, redes e infraestruturas produz formas diferenciadas de integração dos territórios às dinâmicas da globalização (Santos, 2006, 2008).

Nesse âmbito, o conceito de espaços derivados contribui para compreender a organização territorial das regiões submetidas a condicionantes externos. Nas economias periféricas, determinadas formas de uso e transformação do território podem responder predominantemente a demandas originadas fora dos próprios espaços nacionais, vinculando sua organização produtiva às necessidades de agentes e mercados externos. Dessa maneira, infraestruturas, atividades econômicas e formas de especialização territorial podem ser estruturadas segundo funções estabelecidas no interior de uma divisão espacial mais ampla do trabalho (Santos, 2006). A difusão seletiva das técnicas, das redes de circulação e dos sistemas de informação reforça essa diferenciação territorial, na medida em que determinados espaços são incorporados de forma mais intensa aos circuitos econômicos globais, enquanto outros permanecem submetidos a formas desiguais de integração (Santos, 2008).

Essa formulação estabelece um ponto de aproximação com a perspectiva de Immanuel Wallerstein. Enquanto a Teoria do Sistema-Mundo permite compreender as relações hierarquizadas que organizam a economia-mundo, a abordagem de Milton Santos possibilita observar como essas relações adquirem expressão concreta no território. A posição ocupada por uma economia na divisão internacional do trabalho não se manifesta apenas nos fluxos comerciais e financeiros, mas também nas formas de organização espacial, na distribuição das infraestruturas e na utilização dos recursos disponíveis. Assim, a dimensão territorial complementa a análise sistêmica ao evidenciar os mecanismos pelos quais relações produzidas em escala global se articulam às estruturas nacionais e locais.

Outro elemento relevante para essa aproximação encontra-se na interpretação de Milton Santos acerca da globalização. Em “Por uma outra globalização”, Santos (2000) problematiza a ideia de que a crescente integração econômica e técnica produziria, por si mesma, benefícios homogêneos entre países e sociedades. Ao distinguir a globalização percebida como “fábula” daquela vivenciada como “perversidade”, o autor evidencia as contradições de um processo no qual a expansão dos fluxos econômicos, financeiros, informacionais e tecnológicos pode coexistir com a concentração de riqueza, a ampliação das desigualdades e a manutenção de relações assimétricas de poder.

Apesar dessas assimetrias, a globalização não é concebida por Santos (2000) como um processo inteiramente fechado às possibilidades de transformação. As mesmas condições técnicas e informacionais apropriadas pelos agentes hegemônicos podem, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas por outros atores sociais e políticos na construção de formas alternativas de organização e ação. Essa perspectiva introduz uma dimensão relevante para a análise das relações entre estrutura e agência, na medida em que reconhece a existência de condicionantes globais sem reduzir os processos políticos e sociais a efeitos automáticos das estruturas econômicas.

A articulação entre a Teoria do Sistema-Mundo, a contribuição de Arrighi (1996) acerca dos ciclos sistêmicos de acumulação e a dimensão territorial desenvolvida por Milton Santos permite, portanto, estabelecer categorias complementares para a análise proposta neste estudo. A noção de economia-mundo capitalista fornece a escala sistêmica da investigação; as categorias centro, semiperiferia e periferia permitem examinar posições diferenciadas na divisão internacional do trabalho; a acumulação incessante de capital contribui para compreender a reprodução e a reorganização dessas relações; a perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação acrescenta uma dimensão histórica às transformações do capitalismo e às reconfigurações das estruturas de poder (Arrighi, 1996); e os conceitos de espaços derivados e globalização acrescentam a dimensão territorial e as contradições decorrentes da inserção dos territórios nas dinâmicas globais (Santos, 2000, 2006, 2008).

Com base nesse quadro conceitual, torna-se possível examinar, na subseção seguinte, em que medida essas categorias contribuem para interpretar a emergência, as estratégias de autonomia e os limites estruturais associados à Onda Rosa na América Latina.

2.2 ANÁLISE DO CASO: A ONDA ROSA NA AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DO SISTEMA-MUNDO

A Onda Rosa constituiu um ciclo político marcado pela ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda em diferentes países latino-americanos, sobretudo a partir do final da década de 1990. Embora esses governos apresentassem diferenças quanto às suas orientações ideológicas, configurações institucionais e estratégias econômicas, compartilhavam, em diferentes graus, a crítica às reformas neoliberais, a recuperação da capacidade de intervenção estatal, a ampliação de políticas sociais e a busca por maior autonomia no plano regional e internacional (Levitsky; Roberts, 2011). Mais do que uma sucessão de mudanças eleitorais, contudo, a ocorrência desse movimento em diferentes países permite situá-lo em um contexto mais amplo de transformações nas relações entre Estado, sociedade e economia internacional.

Sob essa perspectiva, as reformas implementadas na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990 assumem relevância para a compreensão das condições que antecederam esse ciclo político. A abertura comercial, as privatizações, a liberalização financeira e a redefinição da atuação estatal ampliaram a integração das economias latino-americanas aos fluxos internacionais de comércio e capital. Essa integração, entretanto, não significou necessariamente a superação das assimetrias historicamente associadas à inserção internacional da região. À luz das categorias de Wallerstein (1974, 2004), o processo pode ser interpretado a partir da permanência de relações desiguais na divisão

internacional do trabalho, nas quais as possibilidades de desenvolvimento e autonomia dos Estados são condicionadas pela posição ocupada na economia-mundo.

É nesse ponto que a Onda Rosa adquire relevância analítica. O desgaste político e social associado às reformas neoliberais criou condições para a ascensão de projetos que reivindicavam maior participação do Estado, expansão das políticas redistributivas e recuperação de margens de decisão no âmbito nacional e regional. Essas iniciativas podem ser compreendidas como tentativas de ampliar a capacidade de ação dos Estados latino-americanos diante dos condicionantes de sua inserção internacional. Isso não implica considerar os diferentes governos da Onda Rosa como integrantes de um projeto homogêneo, mas reconhecer que, apesar de suas especificidades, suas experiências estiveram inseridas em uma conjuntura regional caracterizada pela contestação de determinados pressupostos que haviam orientado as políticas econômicas nas décadas anteriores.

A conjuntura econômica internacional dos anos 2000 acrescentou uma dimensão importante a esse processo. A expansão da demanda internacional por matérias-primas, associada particularmente ao crescimento da economia chinesa, coincidiu com a valorização de diversas *commodities* exportadas pelos países latino-americanos. O aumento das receitas provenientes dessas exportações ampliou, em diferentes contextos nacionais, a disponibilidade de recursos que poderiam ser direcionados à atuação estatal, aos investimentos públicos e às políticas sociais. Nesse contexto, Svampa (2013) identifica a consolidação de um "Consenso das *Commodities*", caracterizado pela centralidade assumida pela exportação de bens primários em larga escala e pela intensificação de estratégias de desenvolvimento baseadas na exploração de recursos naturais. Segundo a autora, esse processo proporcionou vantagens econômicas associadas à valorização internacional das matérias-primas, mas também aprofundou assimetrias e formas renovadas de dependência nas economias latino-americanas. Desse modo, a conjuntura externa contribuiu para criar condições econômicas favoráveis à implementação de parte das agendas defendidas pelos governos associados à Onda Rosa.

Essa conjuntura, entretanto, continha uma contradição relevante quando examinada a partir da Teoria do Sistema-Mundo. Se, por um lado, a valorização das *commodities* ampliou temporariamente as margens fiscais e políticas de determinados Estados, por outro, a continuidade da especialização em atividades primárias preservou formas de dependência em relação à demanda externa e às oscilações dos mercados internacionais. Assim, a ampliação da capacidade de intervenção estatal não correspondeu necessariamente a uma alteração equivalente da posição ocupada pelas economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho. A autonomia conquistada em determinadas dimensões coexistiu, portanto, com condicionantes estruturais que permaneceram associados à forma de inserção da região na economia-mundo.

A dimensão territorial desse processo torna-se mais evidente quando a análise é articulada às contribuições de Milton Santos. A expansão de atividades vinculadas à mineração, à produção agroexportadora e à exploração de hidrocarbonetos implicou não apenas alterações nos fluxos comerciais, mas também formas específicas de utilização e reorganização do território. Sob a categoria dos espaços derivados, essas transformações podem ser examinadas a partir da relação entre demandas externas e especializações territoriais, na medida em que parcelas do território passam a desempenhar funções vinculadas às exigências de circuitos econômicos que ultrapassam as fronteiras nacionais (Santos, 2006).

Nesse sentido, a análise de Svampa (2013) sobre o neoextrativismo evidencia que a expansão de grandes empreendimentos minerários, energéticos e agroexportadores intensificou formas de reorganização territorial orientadas à extração e à inserção internacional de bens primários.

Essa perspectiva permite identificar uma tensão característica do período. Ao mesmo tempo em que determinados governos ampliaram políticas sociais, investimentos públicos e mecanismos de intervenção econômica, parte importante da geração de recursos permaneceu vinculada a estruturas produtivas orientadas para mercados externos. Nesse sentido, a ampliação da atuação estatal não eliminou a influência exercida pelas dinâmicas internacionais sobre a organização econômica e territorial. A questão central deixa de ser, portanto, a existência ou ausência de intervenção do Estado e passa a envolver a capacidade dessa intervenção de modificar estruturas produtivas historicamente articuladas às demandas da economia global.

A mesma tensão pode ser observada nas iniciativas de integração e cooperação regional. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) expressaram, apesar de suas diferenças institucionais e políticas, esforços voltados à ampliação da articulação entre os países da região. Sob a perspectiva adotada neste estudo, essas iniciativas podem ser interpretadas como estratégias destinadas a ampliar margens de autonomia e capacidade de negociação no sistema internacional, reduzindo, em alguma medida, a dependência de espaços decisórios tradicionalmente associados às potências centrais.

Nesse aspecto, a interpretação de Santos (2000) acerca do caráter contraditório da globalização contribui para compreender a coexistência entre condicionamento e possibilidade de ação. A inserção em estruturas globais assimétricas não impede necessariamente a construção de estratégias políticas alternativas, embora estabeleça limites às condições sob as quais essas estratégias são formuladas. Aplicada à Onda Rosa, essa perspectiva permite compreender as iniciativas de integração regional, a

valorização da atuação estatal e a busca por maior autonomia não como evidências de ruptura com a economia global, mas como tentativas de ampliar a capacidade de ação política dentro de uma estrutura marcada por relações desiguais.

Dessa forma, a aplicação conjunta das categorias de Immanuel Wallerstein e Milton Santos evidencia uma relação dinâmica entre condicionamento estrutural e busca por autonomia. Os governos associados à Onda Rosa procuraram ampliar a capacidade de intervenção dos Estados e redefinir determinados aspectos de sua inserção regional e internacional, ao mesmo tempo em que continuaram operando em economias fortemente relacionadas aos mercados externos e às estruturas produtivas historicamente constituídas. A experiência desse ciclo político pode ser analisada, portanto, a partir dessa tensão: a ampliação das possibilidades de ação estatal ocorreu sem que fossem necessariamente superados os condicionantes sistêmicos e territoriais que caracterizam a inserção latino-americana na economia mundial.

Nessa perspectiva, a Onda Rosa não deve ser reduzida nem a uma simples alternância político-ideológica nem a um efeito automático das estruturas econômicas internacionais. Sua interpretação exige considerar a interação entre escolhas políticas, condições domésticas e oportunidades proporcionadas pela conjuntura internacional, sem perder de vista os limites decorrentes da posição ocupada pelos países latino-americanos na economia-mundo. É justamente nessa articulação entre estrutura e capacidade de ação que o referencial adotado oferece elementos para examinar, posteriormente, em que medida as estratégias implementadas durante esse ciclo ampliaram a autonomia regional e quais condicionantes permaneceram presentes em seus resultados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-interpretativo, orientada à compreensão da Onda Rosa na América Latina a partir das relações entre as transformações políticas do período e os condicionantes estruturais e territoriais da inserção regional na economia mundial. A escolha da abordagem qualitativa decorre da natureza do objeto investigado, uma vez que o estudo não pretende mensurar estatisticamente o fenômeno, mas compreender e interpretar processos políticos, econômicos e territoriais à luz de categorias teóricas previamente delimitadas. Nesse sentido, a investigação qualitativa mostra-se pertinente ao estudo de fenômenos sociais complexos, sobretudo quando a análise busca compreender processos e relações em seus respectivos contextos (Creswell, 2014).

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de obras teóricas e produções acadêmicas relacionadas ao problema

investigado. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais já produzidos, especialmente livros e artigos científicos, possibilitando ao pesquisador estabelecer contato com diferentes contribuições relacionadas ao objeto de estudo. Neste trabalho, a literatura selecionada foi mobilizada tanto para a construção do quadro conceitual quanto para a contextualização e interpretação da Onda Rosa no cenário latino-americano.

O percurso analítico foi organizado em dois movimentos complementares. No primeiro, procedeu-se à sistematização das categorias teóricas pertinentes ao problema de pesquisa. Foram consideradas as formulações de Wallerstein (1974, 2004) relacionadas à economia-mundo capitalista, à divisão internacional do trabalho e às posições de centro, semiperiferia e periferia. De forma complementar, incorporaram-se as contribuições de Santos (2000, 2006, 2008) referentes à globalização, à dimensão territorial das relações econômicas e ao papel da técnica na organização do espaço contemporâneo. Adicionalmente, considerou-se a contribuição de Arrighi (1996) acerca dos ciclos sistêmicos de acumulação e das reconfigurações históricas das estruturas de poder na economia mundial.

No segundo movimento, as categorias sistematizadas foram empregadas como instrumentos de interpretação da Onda Rosa. A análise concentrou-se nas relações entre as transformações políticas observadas na América Latina, as condições de inserção internacional das economias da região, a especialização produtiva, a conjuntura internacional das *commodities*, as transformações territoriais associadas às atividades econômicas e as iniciativas destinadas à ampliação da autonomia regional. Dessa maneira, o procedimento assumiu caráter analítico-comparativo, ao estabelecer relações entre diferentes dimensões do fenômeno e entre as categorias teóricas utilizadas para sua interpretação. O método comparativo possibilita examinar aproximações e diferenças entre fenômenos e elementos sociais, contribuindo para identificar relações relevantes à sua compreensão (Marconi; Lakatos, 2017).

A interpretação do material bibliográfico foi orientada pela articulação entre o referencial teórico e os processos identificados na literatura sobre a Onda Rosa, evitando-se uma aplicação meramente descritiva das categorias conceituais. Para organizar a análise, foram estabelecidos três eixos inter-relacionados: a inserção das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho; a dimensão territorial das relações econômicas vinculadas aos mercados externos; e as estratégias políticas e regionais voltadas à ampliação das margens de autonomia. Esses eixos possibilitaram relacionar as categorias desenvolvidas no referencial teórico ao objeto investigado, mantendo correspondência com a questão de pesquisa e com o objetivo estabelecido no estudo.

Assim, considerando a natureza bibliográfica e interpretativa da investigação, não se pretende estabelecer relações causais generalizáveis para todos os países associados à Onda Rosa, tampouco

tratar esse ciclo político como uma experiência homogênea. As diferentes trajetórias nacionais apresentam particularidades políticas, econômicas e institucionais que ultrapassam o alcance desta análise. Desse modo, o procedimento metodológico adotado busca identificar relações e tendências que contribuam para a compreensão do fenômeno à luz das categorias selecionadas, reconhecendo simultaneamente a heterogeneidade das experiências nacionais e os limites interpretativos decorrentes do recorte teórico empregado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desenvolvida a partir das categorias estabelecidas no referencial teórico permitiu identificar três dimensões inter-relacionadas na interpretação da Onda Rosa: a permanência de condicionantes associados à inserção periférica das economias latino-americanas; a ampliação conjuntural das margens de atuação estatal durante parte dos anos 2000; e a coexistência entre estratégias de autonomia e estruturas econômicas e territoriais vinculadas às dinâmicas do mercado internacional. Consideradas em conjunto, essas dimensões oferecem suporte à hipótese de que a Onda Rosa ultrapassou o caráter de uma alternância político-ideológica, sem que isso significasse, contudo, uma ruptura estrutural com as condições de inserção da América Latina na economia-mundo capitalista.

O primeiro resultado diz respeito à relação entre a emergência desse ciclo político e os limites das estratégias de desenvolvimento predominantes nas décadas anteriores. A análise indica que o desgaste das reformas neoliberais não pode ser dissociado das condições históricas de inserção internacional das economias latino-americanas. Embora abertura comercial, liberalização financeira e redefinição da atuação estatal tenham assumido configurações distintas entre os países, sua implementação ocorreu em economias marcadas por diferentes graus de vulnerabilidade externa e especialização produtiva. À luz de Wallerstein (1974, 2004), esse quadro evidencia que alterações nas orientações das políticas econômicas nacionais ocorrem no interior de uma divisão internacional do trabalho que condiciona, embora não determine integralmente, as possibilidades de atuação dos Estados.

Nesse sentido, a ascensão dos governos associados à Onda Rosa pode ser interpretada como expressão de uma dupla dinâmica. No plano doméstico, o desgaste político e social das experiências anteriores favoreceu projetos que reivindicavam maior intervenção estatal, expansão das políticas sociais e redistributivas e recuperação da capacidade pública de condução econômica. No plano internacional, esses projetos continuaram inseridos em uma economia mundial estruturada por relações assimétricas. O resultado mais relevante dessa articulação reside no fato de que a mudança de

orientação política ampliou determinadas possibilidades de ação estatal sem produzir, de forma correspondente, uma transformação da posição estrutural ocupada pelas economias latino-americanas.

A conjuntura internacional dos anos 2000 tornou essa contradição particularmente evidente. A valorização internacional das *commodities* e o aumento da demanda por matérias-primas, associados, entre outros fatores, à expansão da economia chinesa, favoreceram economias exportadoras da região e ampliaram, em diferentes graus, os recursos disponíveis aos Estados. Esse contexto contribuiu para sustentar políticas sociais, investimentos públicos e outras formas de intervenção econômica. Entretanto, a própria origem externa de parcela dessas condições favoráveis expôs uma dimensão de vulnerabilidade: a ampliação das margens de atuação estatal permaneceu vinculada ao comportamento da demanda e dos preços internacionais.

Esse resultado converge com Svampa (2013), ao evidenciar que a valorização das matérias-primas ampliou determinadas possibilidades econômicas e redistributivas sem eliminar a tendência à especialização primário-exportadora. Em uma perspectiva de longa duração, essa relação entre conjuntura internacional e reconfiguração das possibilidades nacionais também pode ser compreendida à luz de Arrighi (1996), para quem transformações na acumulação e nas estruturas de poder integram processos sistêmicos mais amplos.

A partir dessa constatação, torna-se possível qualificar a interpretação da autonomia durante a Onda Rosa. A autonomia não deve ser compreendida como uma condição absoluta, mas como uma capacidade de ação que pode se ampliar ou se restringir conforme a articulação entre fatores domésticos e internacionais. Durante a conjuntura favorável dos anos 2000, determinados governos encontraram maior espaço para implementar políticas redistributivas e estratégias de desenvolvimento conduzidas pelo Estado. Contudo, a continuidade da especialização em atividades primárias e da dependência de receitas provenientes das exportações limitou o alcance estrutural dessas iniciativas. Sob a perspectiva de Wallerstein (2004), verifica-se, portanto, uma ampliação das margens de atuação no interior do sistema, e não necessariamente uma alteração da lógica hierárquica que organiza a divisão internacional do trabalho.

A incorporação das contribuições de Milton Santos acrescenta uma segunda dimensão aos resultados, ao evidenciar que essas relações não se restringem aos indicadores macroeconômicos ou aos fluxos internacionais de comércio e capital. A dependência também assume expressão territorial. A expansão de atividades vinculadas à mineração, ao agronegócio exportador e à exploração de recursos energéticos demanda infraestruturas, redes logísticas e formas específicas de utilização do território. A categoria de espaços derivados permite interpretar essas configurações como

manifestações territoriais de relações econômicas cuja dinâmica responde, em parte, a demandas produzidas em escalas externas ao próprio território nacional (Santos, 2006).

Essa leitura permite identificar uma contradição adicional. A ampliação da presença estatal durante a Onda Rosa não significou necessariamente a superação das formas de organização territorial historicamente associadas à inserção externa das economias latino-americanas. Políticas sociais e redistributivas puderam coexistir com estruturas produtivas orientadas à exportação de bens primários. Desse modo, transformação social e continuidade estrutural não aparecem como processos mutuamente excludentes: avanços na capacidade redistributiva do Estado podem ocorrer simultaneamente à manutenção de formas de especialização econômica e territorial vinculadas às demandas da economia internacional.

Por outro lado, os resultados também impedem uma interpretação estritamente determinista da posição periférica. As iniciativas de cooperação e integração regional desenvolvidas ou fortalecidas durante o período evidenciam tentativas de ampliar a capacidade de articulação política dos Estados latino-americanos. Nesse aspecto, a interpretação de Santos (2000) sobre o caráter contraditório da globalização mostra-se particularmente relevante: estruturas assimétricas podem restringir as possibilidades de ação sem eliminá-las completamente. Assim, as estratégias de integração regional, a ampliação da atuação estatal e a busca por maior capacidade de negociação internacional revelam espaços de agência política existentes mesmo em condições estruturalmente desiguais.

A articulação entre Immanuel Wallerstein e Milton Santos conduz, portanto, a um resultado interpretativo central: a Onda Rosa foi marcada pela coexistência entre ampliação das margens de autonomia e permanência de condicionantes estruturais e territoriais. Essa constatação evita duas interpretações extremas. De um lado, seria insuficiente compreender o período como simples ruptura com a inserção periférica latino-americana, uma vez que permaneceram relações significativas de dependência econômica e produtiva. De outro, reduzir esses governos a manifestações passivas da estrutura internacional desconsideraria sua capacidade de implementar políticas redistributivas, fortalecer mecanismos de atuação estatal e construir iniciativas de articulação regional.

Essa interpretação também evidencia os limites do próprio referencial empregado. A Teoria do Sistema-Mundo oferece instrumentos consistentes para compreender as assimetrias da economia mundial e os condicionantes associados à posição ocupada pelos Estados na divisão internacional do trabalho. Entretanto, sua ênfase estrutural possui menor capacidade explicativa diante das diferenças existentes entre as experiências nacionais da Onda Rosa. Países submetidos a condicionantes internacionais semelhantes apresentaram trajetórias políticas, institucionais e econômicas distintas,

indicando que variáveis domésticas, capacidades estatais, coalizões políticas, movimentos sociais e configurações institucionais também interferiram nos resultados alcançados.

Limitação semelhante, embora em outra dimensão, pode ser observada na aplicação das contribuições de Milton Santos. Seus conceitos permitem compreender como relações econômicas globais se materializam territorialmente e como a globalização combina integração, desigualdade e possibilidades de resistência. Entretanto, essas categorias não foram formuladas especificamente para explicar alternâncias eleitorais, diferenças entre governos ou mudanças de regime político. Por essa razão, sua contribuição mostra-se mais consistente quando articulada à análise sistêmica e a elementos político-institucionais do que quando utilizada isoladamente para explicar a emergência da Onda Rosa.

A complementaridade entre os dois referenciais constitui, nesse sentido, um resultado teórico da própria investigação. Immanuel Wallerstein permite identificar a escala sistêmica das assimetrias que condicionam a inserção internacional latino-americana, enquanto Milton Santos possibilita observar sua expressão territorial e, simultaneamente, reconhecer espaços de ação no interior das contradições da globalização. Essa articulação não elimina as limitações de cada perspectiva, mas amplia a capacidade interpretativa do estudo ao relacionar sistema, território e ação política.

Os resultados devem, contudo, ser considerados à luz do recorte metodológico adotado. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e interpretativa, o estudo não permite generalizar de forma homogênea suas conclusões para todas as experiências nacionais associadas à Onda Rosa. Tampouco permite estabelecer relações causais exclusivas entre posição periférica e orientação política dos governos. O que a análise evidencia é a existência de relações consistentes entre condicionantes sistêmicos, organização territorial e estratégias de autonomia que contribuem para compreender o fenômeno em escala regional.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar a Onda Rosa na América Latina à luz da Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, articulada às contribuições de Milton Santos, buscando compreender como a inserção periférica da região condicionou a emergência e os limites desse ciclo político. A análise desenvolvida oferece suporte à hipótese de que a Onda Rosa não pode ser compreendida exclusivamente como uma alternância político-ideológica ou eleitoral, uma vez que sua emergência esteve relacionada tanto às transformações ocorridas no âmbito doméstico quanto aos condicionantes estruturais da inserção latino-americana na economia mundial.

Em resposta à questão de pesquisa, verificou-se que a articulação entre as perspectivas de Immanuel Wallerstein e Milton Santos permite compreender a Onda Rosa a partir de uma relação

simultânea entre condicionamento estrutural e capacidade de ação política. Os governos associados a esse ciclo ampliaram, em diferentes graus, a atuação estatal, as políticas sociais e redistributivas e as iniciativas voltadas à cooperação e à autonomia regional. Essas mudanças, entretanto, coexistiram com estruturas produtivas e territoriais fortemente relacionadas aos mercados externos, evidenciando que a ampliação das margens de autonomia não implicou necessariamente a superação dos condicionantes associados à posição ocupada pela América Latina na divisão internacional do trabalho.

A principal contribuição da análise reside, portanto, na compreensão dessa aparente contradição. A Onda Rosa não representou uma ruptura integral com a lógica da economia-mundo capitalista, mas tampouco pode ser reduzida à reprodução passiva de suas estruturas. O período evidenciou que Estados inseridos em relações internacionais assimétricas podem ampliar suas margens de atuação e desenvolver estratégias próprias de intervenção econômica, redistribuição social e articulação regional, ainda que essas iniciativas permaneçam condicionadas por estruturas econômicas e territoriais historicamente constituídas. Nesse sentido, a aproximação entre Immanuel Wallerstein e Milton Santos mostrou-se particularmente pertinente por relacionar a dimensão sistêmica das assimetrias internacionais à sua materialização territorial, sem eliminar a possibilidade de ação política no interior dessas estruturas.

Os resultados devem ser compreendidos, contudo, à luz dos limites da investigação. Por seu caráter bibliográfico e interpretativo, o estudo privilegiou uma análise regional e não examinou comparativamente as especificidades institucionais, econômicas e políticas de cada experiência nacional associada à Onda Rosa. Consequentemente, as interpretações apresentadas não pressupõem homogeneidade entre esses governos nem permitem atribuir exclusivamente aos condicionantes sistêmicos os diferentes resultados observados. Essa delimitação evidencia a pertinência de estudos comparativos que incorporem, de maneira mais sistemática, variáveis domésticas, capacidades estatais, coalizões políticas e a atuação de movimentos sociais, articulando-as aos condicionantes internacionais examinados neste trabalho.

Por fim, as transformações posteriores do cenário latino-americano mantêm aberta a questão sobre as possibilidades de autonomia política e econômica da região diante das reconfigurações da economia mundial. Investigações futuras poderão examinar comparativamente a primeira Onda Rosa e os ciclos progressistas posteriores, considerando mudanças nas relações econômicas internacionais, nas formas de integração regional e nas estratégias nacionais de desenvolvimento. Essa agenda poderá contribuir para avaliar em que medida novos projetos políticos reproduzem, reformulam ou procuram superar as tensões entre autonomia e dependência identificadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (org.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/. Acesso em: 14 ago. 2026.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I**: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Berkeley: University of California Press, 1974.

WALLERSTEIN, I. **World-Systems analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. *In*: WILLIAMSON, J. (org.). **Latin American adjustment**: how much has happened? Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.